Ezus Renato

À CHEFIA DA UNIDADE REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO LESTE DE MINAS

Em referência ao Processo nº 2090.01.0011336/2023-31 e ao Despacho de

Cancelamento de Licença Ambiental e ao Arquivamento do Processo Administrativo

3702/2022 (SLA)

GRAY MONTAINS MINERAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito de

privado, com inscrição CNP/MF nº 41.497.238/0001-51, estabelecida na Estrada

Cabeceira do Humaita Zona Rural, Mutum/MG, CEP nº 36.955-000 (DOC.01), vem por

meio de sua defesa in fine firmada, devidamente constituída por meio da procuração

anexada (DOC. 02), apresenta

DEFESA ADMINISTRATIVA

na forma da Lei 14.184/2002, da Lei 20.922/2013 e do Decreto nº 47.383/2018 contra a

decisão sobre processo administrativo (DOC. 03), que merece ser reconsiderada,

considerando que a intervenção ambiental a motivar o cancelamento do licenciamento

e do arquivamento do processo estava devidamente regularizada pelo Documento

Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA nº 0016580-D (DOC. 04) e de

Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF nº 04911/2015 (DOC. 05).

Vitória/ES, 26 de janeiro de 2024.

EZUS RENATO SILVA CARDOSO

OAB/ES 21.583



I - TEMPESTIVIDADE

1. Objetivamente, a decisão sobre processo administrativo a cancelar a licença ambiental e arquivar o processo administrativo de licenciamento foi publicada em 24/12/2023 (sábado), razão pela qual o prazo de 30 (trinta) dias iniciou em 26/12/2023 (segunda-feira) e terminará em 25/01/2023 (quinta-feira), segundo os Arts. 58 a 65, Decreto Estadual nº 47.383/2018, e o Art. 59, Lei Estadual nº 14.184/2002.

II – SÍNTESE DA AUTUAÇÃO E RAZÕES DA DEFESA ADMINISTRATIVA

2. Depreende-se da decisão sobre processo administrativo objeto desta defesa administrativa que a licença ambiental da Defendente foi cancelada e o respectivo processo de licenciamento foi arquivado em decorrência de suposta intervenção ambiental ocorrida na área por a anterior titular do direito minerário:

tendo em vista que: i) após realização da análise do Auto de infração n. 130095/2018 constatou-se intervenção ambiental na ADA pelo empreendimento não informada na caracterização do empreendimento no SLA (o que, aliás, ocasionou a declaração de nulidade da LAS objeto do processo administrativo n. 3702/2022), haja vista que o empreendedor deveria ter postulado a regularização por meio de Autorização para Intervenção Ambiental em caráter corretivo, nos moldes do Decreto Estadual 47.749/2019 e Resolução Conjunta SEMAD/IEF n. 3102/2021; ii) no processo de obtenção de LAC1, em fase de LP+LI+LO, o empreendedor não indicou que houve supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas, entre o período de 22 julho de 2008 e a data de acesso ao SLA para a presente solicitação de licenciamento (Código 07029 - aba Critérios Locacionais do SLA), estando a intervenção não regularizada (Código 07030 - aba Critérios Locacionais do SLA); e i ii) não consta vinculado ao processo de licenciamento ambiental o processo de Autorização para Intervenção Ambiental (AIA) para regularização em caráter corretivo da intervenção de "supressão de cobertura vegetal nativa", numa área comum de 2,4 ha. Sugere-se, neste ato, seja promovida a atuação determinada nas orientações institucionais vigentes e aplicáveis à espécie, o que resulta por recomendar o arquivamento do P.A. de LP+LI+LO n. 1403/2023 (SLA), por falha na instrução processual e nas próprias informações que instruem o processo administrativo ampliativo.

- Ocorre que a intervenção ambiental havida na área foi 3. regularizada pelo DAIA nº 0016580-D (DOC. 04) e pela AAF nº 04911/2015 (DOC. 05), conforme recurso administrativo interposto e ainda pendente de análise (DOC. 06), sendo que tais provas não foram examinadas.
- 4. Por oportuno, a informação de que a autuação está consolidada é, data venia, equivocada, considerando que, como visto anteriormente, ainda há um



Ezus Renato

ΔΠΥΛΩΔΩΙΔ

recurso administrativo pendente de análise (DOC. 06), o que impede que a decisão se

torne definitiva em atenção ao Art. 65, Decreto nº 47.383/2018:

Consigna-se que se trata de <u>autuação consolidada</u> (transitada em julgado) em data posterior à emissão da LAS n. 2967/2020, visto que o sistema informático reporta a informação de que o processo administrativo penalizador foi enviado à AGE/MG para a inscrição do débito ambiental em dívida ativa do Estado de Minas

Gerais.

5. Pelo exposto, pede-se a reconsideração da decisão de cancelar a

licença ambiental da Defendente e do arquivamento do processo de licenciamento,

considerando (1) que a intervenção havida estava autorizada pelo DAIA nº 0016580-D

(DOC. 04) e pela AAF nº 04911/2015 (DOC. 05); e considerando que (2) há recurso

administrativo pendente de análise, o que afasta a consolidação da autuação mencionada

na decisão sobre processo administrativo objeto desta defesa administrativa.

III – ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO

6. Em conformidade ao Art. 57, Parágrafo único, Lei Estadual nº

14.184/2002, poder-se-á aplicar efeito suspensivo à defesa administrativa, se houver

receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da multa, sendo

que no caso de processos administrativos ambientais apenas as defesas referentes a

penalidades decorrentes de infrações administrativas não possuem efeito suspensivo,

segundo o Art. 70, Decreto nº 47.383/2018: "A interposição de defesa ou de recurso

quanto à aplicação de penalidades não terá efeito suspensivo."

7. Neste caso em específico, a concessão de efeito suspensivo é

concedida ex vi legis, já que se defende de cancelamento do licenciamento, sem que

tenha havido a aplicação de qualquer penalidade, considerando que o ato administrativo

de cancelar licença ambiental não é uma penalidade, como se vê do Art. 73, Decreto nº

47.383/2018:

Art. 73 – As infrações administrativas previstas neste decreto sujeitam-se às

ágina 3



seguintes penalidades, independentemente da reparação do dano:

I – advertência;

II – multa simples;

III – multa diária;

IV – apreensão de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na prática da infração;

V – destruição ou inutilização de produto;

VI – suspensão de venda e fabricação de produto;

VII- embargo parcial ou total de obra ou atividade;

VIII – demolição de obra;

IX – suspensão parcial ou total das atividades;

8. Por fim, importante registrar que a penalidade mantida pelo Ofício SEMAD/SUPRAM LESTE — NUCAM nº 135/2022, referente ao processo SEI nº. 1370.01.00494499/2020-72 e ao Auto de Infração nº 300453/2022 é **provisória**, considerando que há recurso administrativo pendente de análise interposto pela Defendente (DOC. 06), em atenção ao Art. 65, Decreto nº 47.383/2018, motivo pelo qual **é imperiosa a concessão de efeito suspensivo a esta defesa**, pontuado que, se o recurso em menção for provido, automaticamente deixará de subsistir o motivo de o licenciamento ambiental ter sido cancelado.

V - PEDIDOS FINAIS

- 9. À vista do aduzido, pedem-se:
 - a) a aplicação de efeito suspensivo à defesa administrativa;
 - b) o envio de correspondências para o endereço constante no rodapé; e
 - c) a reconsideração do cancelamento do licenciamento ambiental e do arquivamento deste processo, já que (1) inexiste a irregularidade na intervenção ambiental ocorrida na área alvo objeto do licenciamento, considerando que a





intervenção ambiental a motivar o cancelamento do licenciamento e do arquivamento do processo estava devidamente regularizada pelo Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental — DAIA nº 0016580-D (DOC. 04) e de Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF nº 04911/2015 (DOC. 05); e já que (2) há recurso administrativo pendente de análise a impedir que a referida autuação se consolide.

Vitória/ES, 26 de janeiro de 2024.





PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA: GRAY MONTAINS MINERAÇÃO LTDA CNPJ/MF.: 41.497.238/0001-51

SÉRGIO BASONI PAZINI, Brasileiro, Casado no Regime Comunhão Parcial de Bens, Empresário, residente e domiciliado na Comunidade Corumbá, S/N, Zona Rural, Castelo-ES, CEP: 29.360-000 portador da Carteira de Identidade de nº. 1.331.864-ES, SSP/ES e do CPF de nº. 069.135.417-08, único componente da sociedade empresária limitada, sob a denominação social de "GRAY MONTAINS MINERAÇÃO LTDA", estabelecida na Estrada Cabeceira do Humaitá, S/N - Zona Rural - Mutum - MG, CEP. 36.955-000, com o seu registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob nº. 3121220293-1 registrada em 08/04/2021, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o seu contrato social, de conformidade com as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: ALTERAÇÃO DE SÓCIOS:

Retira-se da sociedade o sócio SÉRGIO BASONI PAZINI, que recebe a importância de 50.000 (Cinquenta Mil) cotas no valor de R\$1,00 (Hum Real) cada, perfazendo o total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) sendo que transfere aos sócios ora admitidos JÚLIO CÉSAR CASAGRANDE MARCOLAN, Brasileiro, Empresario, Solteiro, Nascido aos 18/09/1984, residente e domiciliado na Rua Vieira da Cunha, 392, Apto 301, Centro, Castelo-ES, CEP: 29.360-000 portador da carteira de identidade sob o nº. 1461197, expedida pela SPTC/ES e do CPF Nº. 056.775.077-92 e CLÁUDIA CASAGRANDE MARCOLAN BORGES, Brasileira, Viúva, Empresaria, residente e domiciliada na Rua Augusto Zagotto, 10, Centro, Castelo-ES, CEP: 29.360-000, portadora da carteira de identidade sob o nº. 879186, expedida pela SSP/ES e do CPF Nº. 995.187.407-04, ficando assim a nova distribuição:

<u>sócio</u>	PARTICIPAÇÃO %	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR TOTAL
JÚLIO CÉSAR CASAGRANDE MARCOLAN	50,0	25.000	R\$ 25.000,00
CLÁUDIA CASAGRANDE MARCOLAN BORGES	50,0	25.000	R\$ 25.000,00
TOTAL	100,0	50.000	R\$ 50.000,00

ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida por JÚLIO CÉSAR CASAGRANDE MARCOLAN e CLÁUDIA CASAGRANDE MARCOLAN BORGES, os quais assinarão em conjunto ou separadamente toda a documentação referente à sociedade e poderão exercerem todos os atos inerentes a direção das atividades mercantis.

CLÁUSULA SEGUNDA: ABERTURA DE FILIAL:

Fica criada uma filial na Estrada Cabeceira do Humaitá, SN, Zona Rural, Mutum - MG, CEP: 36.955-000, como EXTRAÇÃO DE GRANITO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO. COMERCIO ATACADISTA DE MÁRMORES E GRANITOS. ATIVIDADES DE APOIO A EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS. tendo o seu nome fantasia: GRAY MONTAINS e com início para 24/08/2021.



À vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

Cláusula I - DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade gira sob a denominação social de GRAY MONTAINS MINERAÇÃO LTDA Parágrafo Único- O nome fantasia é GRAY MONTAINS

Cláusula II-SEDE E FILIAL: A sede da sociedade é na Estrada Cabeceira do Humaitá, S/N – Zona Rural nesta cidade de Mutum (MG) CEP 36.955-000.

A Filial é:

Estrada Cabeceira do Humaitá, SN, Zona Rural, Mutum -MG, CEP: 36.955-000 inicio em 24/08/2021 e o nome fantasia é: **GRAY MONTAINS**.

Cláusula III - OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social: EXTRAÇÃO DE GRANITO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO. COMERCIO ATACADISTA DE MÁRMORES E GRANITOS. ATIVIDADES DE APOIO A EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO- METÁLICOS.

Cláusula IV - CAPITAL SOCIAL

O capital social da sociedade é de R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), divididos em 50.000 (CINQUENTA MIL COTAS) de R\$ 1,00 (HUM REAL) cada, totalmente integralizados em moeda corrente do País, ficando, portanto assim distribuído:

SÓCIO	PARTICIPAÇÃO %	QUANTIDADE DE COTAS	<u>VALOR</u> <u>TOTAL</u>
JÚLIO CÉSAR CASAGRANDE MARCOLAN	50,0	25.000	R\$ 25.000,00
CLAU DIA CASAGRANDE MARCOLAN BORGES	50,0	25.000	R\$ 25.000,00
TOTAL	100,0	50.000	R\$ 50.000,00

Cláusula V - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Cláusula VI - ABERTURA DE FILIAIS

A sociedade poderá, quando servir aos seus interesses, abrir filiais, agências, ou escritórios, destacando para estas uma parte do capital social da matriz.

Cláusula VII - INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO DAS ATIVIDADES

A sociedade iniciou suas atividades em 01/04/2021, e o prazo de duração é por tempo indeterminado.



Cláusula VIII - <u>ADMINISTRAÇÃO</u>

A administração da sociedade é exercida pelos sócios administradores JULIO CÉSAR CASAGRANDE MARCOLAN e CLÁUDIA CASAGRANDE MARCOLAN BORGES, os quais assinam em conjunto ou separadamente toda a documentação referente à sociedade e podem exercer todos os atos inerentes à direção das atividades mercantis, como administradores.

Cláusula IX - IMPEDIMENTO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

É vedado aos administradores usarem o nome da sociedade em negócios estranhos aos interesses sociais, como fianças, avais, e endossos, respondendo pessoalmente o infrator pelos danos causados.

Cláusula X -PRÓ - LABORE

Os sócios podem de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a titulo de "pro- labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula XI - TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Os sócios não poderão transferir suas quotas totais ou parcialmente a pessoas estranhas à sociedade sem antes oferecer aos demais sócios, que em igualdade de condições e preços terão direito de preferência na aquisição, devendo o oferecimento ser manifestado através de comunicação escrita.

Parágrafo Único - contado 90 dias do recebimento da comunicação, e não havendo nenhuma manifestação escrita de encerramento das negociações para aquisição, fica o sócio liberado para oferecimento a terceiros das quotas de sua propriedade.

Cláusula XII - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

Ocorrendo o óbito ou interdição de qualquer um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, assumindo, no lugar do falecido ou interdito, os herdeiros designados legalmente.

Cláusula XIII - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social da sociedade obedecerá ao ano calendário e a cada dia 31 de dezembro o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário do Balanço Patrimonial e do Balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula XIV - <u>LIQUIDAÇÃO</u>

A sociedade entrará em liquidação nos termos previstos em Lei.

Cláusula XV - <u>AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAR O CONTRATO</u>

Este contrato social só será alterado com as assinaturas de todos os sócios.

Cláusula XVI - NORMAS CONTRATUAIS OMISSAS

Os casos não regulados neste contrato deverão ser aplicados às disposições legais constante do Novo Código Civil Lei No. 10.406/2002.

Cláusula XVII - FORO

Fica eleito o foro central desta cidade para solucionar qualquer discórdia em relação a esta sociedade.



Cláusula XVIII - DECLARAÇÃO

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar, sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por estarem assim justos e contratados, assinam digitalmente o presente instrumento.

Mutum (MG) 24 de Agosto de 2021.

JULIO CÉSAR CASAGRANDE MARCOLAN SÓCIO ADMITIDO

CLÁUDIA CASAGRANDE MARCOLAN BORGES SÓCIA ADMITIDA

> SÉRGIO BASONI PAZINI SÓCIO QUE SE RETIRA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s	a) Assinante(s)
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quarta-feira, 25 de agosto de 2021

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8747045 em 25/08/2021 da Empresa GRAY MONTAINS MINERACAO LTDA, Nire 31212202931 e protocolo 216410941

- 25/08/2021. Autenticação: 78BCAB12358AE08F67EA3C7FC35AC4838D9E5D22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/08/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Pro	cesso	
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/641.094-1	MGN2140667808	25/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome	
995.187.407-04	CLAUDIA CASAGRANDE MARCOLAN BORGES	
056.775.077-92	JULIO CESAR CASAGRANDE MARCOLAN	
069.135.417-08	SERGIO BASONI PAZINI	







Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 21/641.094-1 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 8747045 em 25/08/2021 da empresa 3121220293-1 GRAY MONTAINS MINERACAO LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO	
3190284016-4	41.497.238/0002-32	ESTRADA CABECEIRA DO HUMAITA SN - BAIRRO ZONA RURAL CEP 36955-000 - MUTUM/MG	



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado de Minas Gerais Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa GRAY MONTAINS MINERACAO LTDA, de NIRE 3121220293-1 e protocolado sob o número 21/641.094-1 em 25/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8747045, em 25/08/2021. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Raquel Vicente Coelho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Comment of the commen
056.775.077-92	JULIO CESAR CASAGRANDE MARCOLAN	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	1212
995.187.407-04	CLAUDIA CASAGRANDE MARCOLAN BORGES	
056.775.077-92	JULIO CESAR CASAGRANDE MARCOLAN	
069.135.417-08	SERGIO BASONI PAZINI	4

Belo Horizonte. quarta-feira, 25 de agosto de 2021



Documento assinado eletrônicamente por Raquel Vicente Coelho, Servidor(a) Público(a), em 25/08/2021, às 16:36 conforme horário oficial de Brasília.



A autencidade desse documento pode ser conferida no <u>portal de serviços da jucemg</u> informando o número do protocolo 21/641.094-1.

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8747045 em 25/08/2021 da Empresa GRAY MONTAINS MINERACAO LTDA, Nire 31212202931 e protocolo 216410941 - 25/08/2021. Autenticação: 78BCAB12358AE08F67EA3C7FC35AC4838D9E5D22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/08/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 9/10

					N° DO PRO	TOCOLO (Uso da Jur	nta Comercial)	900 MI
Secre	tério da Econ etaria de Gov ertamento Nac etaria de Esta	erno Digital cional de Re ido de Faze	nda de Milia		0			
da sede ou filia or em outra UF	al, quando a)	Código da N Jurídica	Natureza	Nº de Matrícula do Auxiliar do Comérc	Agente			
3121220	2931	20	062					
EQUERIME	NTO				A Junta Comercial d	o Estado de Mina	as Gerais	
e: er a V.Sª o do DE CÓDIGO S DO ATO 002	GRAY MON (da Empresa eferimento do	TAINS MIN a ou do Age seguinte at	to: DESCRIÇÂ ALTERAC. ABERTUR SAIDA DE	DA do Comércio) .O DO ATO / EVE	NTO JF DA SEDE TRADOR INISTRADOR Representante Le Nome: Assinatura:	egal da Empresa / /	Nº FCN/REM MGN214	40667808 Comércio:
USO DA JI	JNTA COM	gestroom	AGOSTO 2 Data	021	Telefone de	Contato:		
DECISÃO S					DECISÃO CO	LEGIADA		
me(s) Empre	sarial(ais) igu	ial(ais) ou se	9meinaine(s	SIM			À d	o em Ordem ecisão i Data
NÃO _	_//	R	esponsável	NÃO	//	Responsável	Res	oonsável
Processo		olique-se e a	pacho em fol arquive-se.	na anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
Processo							Data	
	I EGIADA				2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
DECISÃO CO Processo Processo	LEGIADA em exigênci deferido. Pu indeferido. F	blique-se e	arquive-se.	lha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência		5ª Exigência

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8747045 em 25/08/2021 da Empresa GRAY MONTAINS MINERACAO LTDA, Nire 31212202931 e protocolo 216410941

- 25/08/2021. Autenticação: 78BCAB12358AE08F67EA3C7FC35AC4838D9E5D22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este
- 25/08/2021. Autenticação: 78BCAB12358AE08F67EA3C7FC35AC4838D9E5D22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi acesse foi acesse foi acesse foi acesse foi acesse f



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Pro	cesso	
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/641.094-1	MGN2140667808	25/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome		
056.775.077-92	JULIO CESAR CAS	AGRANDE MARCOLAN	





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 8747045 em 25/08/2021 da Empresa GRAY MONTAINS MINERACAO LTDA, Nire 31212202931 e protocolo 216410941 - 25/08/2021. Autenticação: 78BCAB12358AE08F67EA3C7FC35AC4838D9E5D22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/641.094-1 e o código de segurança Ig3R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/08/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 2/10

Ezus Renato

PROCURAÇÃO

PARTE OUTORGANTE:

GRAY MOUNTAINS MINERACAO LTDA, pessoa jurídica de direito de privado, com

inscrição CNP/MF nº 41.497.238/0001-51, estabelecida na Estrada Cabeceira do Humaita

Zona Rural, Mutum/MG, CEP nº 36.955-000, neste ato representada por seu sócio e

administrador JÚLIO CÉSAR CASAGRANDE MARCOLAN, com domicílio no mesmo local.

PARTE OUTORGADA:

EZUS RENATO SILVA CARDOSO, inscrito na OAB/ES sob o nº 21.583, com endereço

profissional à Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 2.796, Ed. Impacto Empresarial, sala

804, escritório 07, Santa Luíza, Vitoria/ES, CEP nº 29.045-402.

PODERES:

Atribui-se poderes para apresentação de recurso em referência ao processo

administrativo da Núcleo de Autos de Infração do Leste Mineiro NAI/LM nº 524827/20 e

ao processo administrativo da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste de

Minas - URA/LM nº 2090.01.0011336/2023-31.

Vitória/ES, 26 de janeiro de 2024.

PARTE OUTORGANTE



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

REGISTRO: 0989258/2015

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENT Nº 04911/2015



O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, no uso de suas atribuições, com base no inciso IX do Art. 5º da Lei nº 7.772, de 8 setembro de 1980, inciso VIII do Art. 4º da Lei nº 12.585, de 17 de julho de 1997 e de acordo com o inciso VIII do Art. 4º do Decreto nº 43.278, de 23 de abril de 2003 e Art. 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004, por meio de sua Secretaria Executiva, AUTORIZA O FUNCIONAMENTO do empreendimento T.G. MINERAÇÃO LTDA. - ME, CNPJ: 02.975.395/0003-35, DNPM: 832.415/2006, Substância Mineral: Granito, para as atividades de Estradas para transporte de minério / estéril (Extensão: 1,5 km), Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento (Produção Bruta: 2.400 m³/ano), Obra de infraestrutura pátios de resíduos, produtos e oficinas (Área útil: 2,8 ha) enquadradas na DN 74/2004 sob o códigos A-05-05-3, A-02-06-2 e A-05-02-9; localizado na CABECEIRA DO HUMAITÁ, S/N, ZONA RURAL, no Município de MUTUM, no Estado de Minas Gerais, conforme processo administrativo nº 36822/2014/001/2015, em conformidade com normas ambientais vigentes.

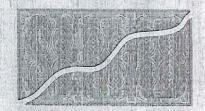
Validade 4 (quatro) anos, com vencimento em 09/10/2019.

GOVERNADOR VALADARES, 09 de outubro de 2015.

Maria Helena Batista Murta

Superintendente Regional de Regularização April de Regularização Apr

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.





MAD FEAM IFFIGAM SE SEMAD FEAM IEFIGAM SE I SEMAD FEAM IEFIGAM







SELVAZ SENJAD NENOZO SENJAD SE



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Instituto Estadual de Florestas





INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental

Núm. do Processo

Unidade do SISEMA responsável pelo processo

Intervenção Ambiental SEM AAF Supressão Vegetação

04010001099/11

NUCLEO CARATINGA 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: T G MINERAÇÃO LTDA - ME

Endereço: CÓRREGO CACHOEIRA DO HUMAÍTA, 0

Município: MUTUM

UF:MG

CPF/CNPJ: 02.975.395/0001-73 Bairro: ZONA RURAL CEP:36.955-000 Telefone: (28) 3542-2582

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: T G MINERAÇÃO LTDA - ME

Endereço: CÓRREGO CACHOEIRA DO HUMAÍTA, 0

Município: MUTUM

CPF/CNPJ: 02.975.395/0001-73

Bairro: ZONA RURAL

CEP:36.955-000 Telefone: (28) 3542-2582

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEI

UF:MG

Denominação: Fazenda Cacheira do Humaita

Município/Distrito/UF: MUTUM/Sede-MG Registro: 2196

084 Coordenada Plana (UTM) - X(6):246.052

159 MUTUM

Área Total (ha): Área Total RL (ha):

52,0100 0,0000

INCRA (CCIR):

Y(7):7.765.965

Datum: SAD-69

Fuso: 23K

4. CARACTERIZAÇÃO DO USO SOLO Área com cobertura vegetal natíva (ha)

Área com uso alternativo de solo (ha) Área Total (ha)

10,4020 0.0000 10,4020

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA Tipo de Interveção

Supressão da cobertura vegetal nativa SEM destoca

Quantidade Unidade 0,5000 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado à área Mineração

Especificações

Àrea (ha)

ha

exploração de granito 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL 0,5000

Bioma/Transição entre Biomas Mata Atlântica

52,0100

Fisionomia/Transição entre Fisionomias

Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária Avançado

52,0100 Área (ha)

Total

Total

10,4020 10,4020

Unidade

Unidade

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO Produto/Subproduto Especificação

9. CARACTERIZAÇÃO DAS AREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE APP com cobertura vegetal nativa APP com uso antrópico consolidado

10.4020 Agrossiivipastoril 36,7667 Outros: reflorestamento

Quantidade

4,8413 41,6080





Ag: 424330 - AGF ENSEAL VITORIA CNPJ: 3239887700017 COMPROVANTE	9 Ins Fot : patroners
Movimento.: 10/01/2024	
DESCRIÇAD CARTA REGISTRADA A Valor do Porte(R\$).: Cep Destino: 35020 Peso real (G).: Peso Tarifado:: OBJETO> BR98222 REGISTRO A VISTA: AVISO DE RECEBIMENTO:	QTD. PRECO(R\$) 1 20,60+ 5,80 700 (MG) 128 0,128 67362BR
Endereco Remet,; , -	
TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$)	20,60
Valor Declarado não soli No caso de objeto com va utilize o serviço adicio	No.
TOTAL(R\$)> VALOR RECEBIDO(R\$) ->	20,60

LEB100(R\$)=>

SERV. POSTAIS: DIRETTOS E DEVERES-LEI 6538/78

O acompanhamento dos objetos poderá ser reali zado pelo Portal Correios www.correios.com.br ou pelo Aplicativo Correlos, Quer economizar tempo na hora de postar e agi

lizar seu atendimento? Quer acompanhar seus objetos em tempo real? Balxe agora o APP Correlos!

VIA-CLIENTE

SARA 9,1,00

ECT - EMP, BRAS, DE CORRETOS E TELEGRAFOS Ag: 424330 - AGF ENSEADA

VITORIA

CNPJ....: 32398877000179 Ins Est.: 081425791 COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 10/01/2024 Hora....: 09:38:19 Caixa....: 112332950 Matricula.: 1423****** Atendimento: 00004

Lancamento,: 005 ID Tiquete,: 2597930991 Modalidade.: A Vista

QTO. PRECO(R\$) DESCRIÇÃO CARTA REGISTRADA A 1 20,50+ Valor do Porte(R\$)..: 5,80 Cep Destino: 35020-700 (MG) 138 Peso real (G).....: Peso Tarifado:....: 0,138 OBJETO====> BR982257359BR = 7,40 REGISTRO A VISTA...: AVISO DE RECEBIMENTO: 7,40

Endereco Remet.: ,

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$)

20,60

20.60 20,60

Valor Declarado não solicitado(R\$) No caso de objeto com valor, utilize o serviço adicional de valor declarado

TOTAL (R\$) =====> VALOR RECEBTOO(R\$)=>

SERV, POSTAIS: DIRETTOS E DEVERES-LEI 6538/78

O acompanhamento dos objetos poderá ser reali zado pelo Portal Correios www.correios.com.br ou pelo Aplicativo Correios.

Quer economizar tempo na hora de postar e agi lizar seu atendimento? Quer acompanhar seus objetos em tempo real? Baixe agora o APP Correios!

VIA-CLIENTE

SARA 9,1,00